

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

## 1. Contexto operacional

A Companhia, com sede em Itapissuma, Pernambuco, é uma sociedade anônima de capital fechado que tem como atividades preponderantes a produção de:

- Produtos químicos de aplicação na área de saneamento público e privado, tratamento de água e efluentes - Sanitizantes - Instalações em Santa Bárbara D'Oeste (SP), Itapissuma (PE), Pacatuba (CE) e Anápolis (GO).
- Aditivos, concentrados, complementos e suplementos nutricionais para alimentos e bebidas em geral - Alimentos - Instalações em Valinhos (SP).

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis e políticas contábeis materiais

As práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas são aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário.

### 2.1. Base de preparação

#### 2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pelos procedimentos técnicos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão apresentadas na Nota Explicativa nº 5.

As demonstrações contábeis são preparadas considerando o custo histórico como base de valor, no caso de ativos financeiros, e passivos financeiros são mensurados a valor justo.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis considerando fatores objetivos e subjetivos, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A autorização para emissão das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 ocorreu em 20 de março de 2024.

## 2.1.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das suas demonstrações contábeis. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na datados respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado do próprio exercício em que ocorrem.

## 3. Reapresentação de informações contábeis findas em 31 de dezembro de 2022

A Administração da Companhia procedeu a reapresentação das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em decorrência de reconhecimento de depreciações de ativos imobilizados não efetuadas em exercícios anteriores, baixa do custo de aquisição de bens do Ativo Imobilizado, baixa do saldo de ajuste de avaliação patrimonial (PL), redução de IRPJ e CSLL diferidos sobre o ajuste de avaliação patrimonial, reconhecimento de apropriação juros de empréstimos e classificação de bens destinados a venda. Esses ajustes estão sendo apresentados retroativamente em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1). A apresentação das demonstrações contábeis produziu os seguintes impactos nas demonstrações contábeis da Companhia em relação aos valores anteriormente apresentados:

### Balanço patrimonial

Ativo	31/12/2022 Apresentado	Reclassificação	31/12/2022 Reapresentado
Ativos mantidos para venda	-	10.838	10.838
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>88.666</b>	<b>10.838</b>	<b>99.505</b>
Imobilizado	82.962	(15.300)	67.662
Propriedades para investimento	22.455	(10.838)	11.617
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>147.965</b>	<b>(26.138)</b>	<b>121.827</b>
<b>Total ativo</b>	<b>236.631</b>	<b>(15.300)</b>	<b>221.331</b>

Passivo	31/12/2022 Apresentado	Reclassificação	31/12/2022 Reapresentado
Empréstimos de financiamentos	21.791	1.014	22.804
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>65.551</b>	<b>1.014</b>	<b>66.566</b>
Impostos diferidos	15.200	(2.868)	12.332
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>80.414</b>	<b>(2.868)</b>	<b>77.546</b>
Prejuízos acumulados	(3.758)	(4.050)	(7.808)
Ajuste de avaliação patrimonial	11.259	(9.396)	1.863
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>90.665</b>	<b>(13.446)</b>	<b>77.219</b>
<b>Total passivo e patrimônio líquido</b>	<b>236.631</b>	<b>(15.300)</b>	<b>221.331</b>

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022	31/12/2022	Reclassificação	31/12/2022
	Apresentado		Reapresentado
Despesas operacionais	(24.158)	699	(23.459)
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>	<b>23.427</b>	<b>699</b>	<b>24.126</b>
Despesas financeiras	(11.349)	(1.014)	(12.363)
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(5.105)</b>	<b>(1.014)</b>	<b>(6.119)</b>
<b>Resultado antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>18.322</b>	<b>(315)</b>	<b>18.007</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>13.028</b>	<b>(315)</b>	<b>12.713</b>

## 4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

### a) Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas, adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

### b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro e/ou de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

**Nota Explicativa nº 06** – Perda esperada com crédito de liquidação duvidosa;

**Nota Explicativa nº 07** – Perda esperada por obsolescência e ociosidade produtiva;

**Nota Explicativa nº 11** - Vida útil do ativo imobilizado;

**Nota Explicativa nº 13** - Amortização do intangível;

**Nota Explicativa nº 19** - Provisão para contingências;

### c) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 30 de instrumentos financeiros.

## 5. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

Os instrumentos financeiros, quando aplicável são mensurados pelo valor justo.

## 6. Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as principais políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis :

### a) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos no resultado.

### b) Receita de contrato com cliente

As receitas são reconhecidas no resultado em função de cinco passos que devem ser aplicados às receitas originadas de contratos com clientes. Conforme requerido pelo pronunciamento técnico NBC TG 47 (IFRS 15) – “Receita de Contrato com Cliente”, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. A NBC TG 47 (IFRS 15) substitui a IAS 18 – “Receitas”, IAS 11 – “Contratos de Construção” e correspondentes interpretações.

As receitas de venda de produtos, são reconhecidas quando a obrigação de performance é cumprida. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A obrigação de performance é cumprida e identificada como cumprida mediante ao tipo de frete celebrado no acordo comercial entre a Companhia e o cliente, ou seja, em um certo no tempo, no momento do embarque ou na entrega dos produtos no destino.

Uma receita não é reconhecida quando há incerteza significativa de sua realização. Caso os valores faturados excedam as medições dos serviços já prestados, então esta diferença é apresentada como receita diferida (passivo circulante) no balanço patrimonial.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

### c) Benefícios de curto prazo a empregados

A administração reconheceu em 2023 os benefícios definidos de acordo com a NBC TG 33 (R2) e os segrega em dois tipos.

#### i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

## **ii) Benefícios rescisórios**

A Companhia indeniza seus colaboradores no momento da sua demissão com os benefícios previstos em leis trabalhistas.

## **d) Receitas e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; perdas por redução ao valor recuperável (e reversões) sobre investimentos em títulos de dívida contabilizados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

## **e) Imposto de Renda e Contribuição Social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

### **i) Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

## **ii) Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço trimestrais e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

## **f) Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

## **g) Ativos financeiros**

### **(i) Classificação**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"); ou (iii) valor justo por meio do resultado ("FVTPL").

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

#### **(ii) Reconhecimento e mensuração**

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação.

Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

#### **(iii) Valor recuperável (*impairment*) de ativo financeiros – ativos mensurados ao custo amortizado**

A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: **(i)** dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; **(ii)** uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; **(iii)** probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e **(iv)** extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

#### **(iv) Desreconhecimento de ativos financeiros**

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

### **h) Passivo financeiro**

#### **(i) Reconhecimento e mensuração**

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos. Empréstimos e financiamentos e contas a pagar são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

**(ii) Mensuração subsequente**

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

**(iii) Custos dos empréstimos**

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos.

**(iv) Desreconhecimento de passivos financeiros**

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

**i) Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos, ajustado ao valor presente quando aplicável. A perda esperada com créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

**j) Estoques**

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, acrescidos de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis.

No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

**k) Imobilizado**

**i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

### iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

## l) Ativos intangíveis

### i) Reconhecimento e mensuração

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

### ii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

## m) Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

## n) Passivos circulante e não circulante

São demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

## o) Capital social

### Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Eventuais custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

## p) Normas revisadas com adoção a partir de 1º de janeiro de 2023

### i) Normas e interpretações revisadas a partir de 1º de janeiro de 2023:

As seguintes revisões e alterações normativas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e a ser efetivas para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023:

- CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis / IAS 1 - *Presentation of Financial Statements* / IFRS 2 - *Practice Statements* (Divulgação de políticas contábeis "materiais" em vez de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las);

- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro / IAS 8 - *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors* (Explicação da distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros)

- CPC 50 Contratos de seguro / IFRS 17 - *Insurance Contracts* (todas as entidades, incluindo aquelas que não são seguradoras, também terão de considerar se celebraram quaisquer contratos que cumpram a definição de contratos de seguro);

- CPC 312 / IAS 12 - Tributos sobre o Lucro (Requer isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE - Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

Na avaliação da Administração, as referidas alterações não resultaram em impactos materiais nas demonstrações contábeis.

**ii) Normas e interpretações emitidas que não estão em vigor no exercício de 2023:**

- Alterações à IAS 1 /, CPC 26 (R1) Passivos como Circulante ou Não Circulante; - Implementação 2024
- Alterações à IAS 7, CPC 03 (R2) e à IFRS 7 CPC 40 (R1) Acordos de Financiamento de Fornecedores; e - Implementação 2024;
- Alterações IFRS 16, CPC 06 Passivo de Arrendamento Mercantil *Sales and Leaseback* - Implementação 2024;
- Alterações IAS 21 CPC 02 (R3) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis – Implementação em 2025.

A Companhia não espera que as mudanças tenham impacto significativo em suas demonstrações contábeis.

## 7. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2023	2022 (reapresentado)
Caixa	4	12
Bancos	5.122	739
<b>Total</b>	<b>5.126</b>	<b>751</b>

## 8. Aplicações financeiras

Descrição	Vencimento	2023	2022 (reapresentado)
<b>Ativo circulante</b>			
Fundo de investimentos	Entre jan/23 e dez/23	10.945	85
Aplicação automática	Entre jan/23 e dez/23	421	-
<b>Total</b>		<b>11.366</b>	<b>85</b>
<b>Ativo não-circulante</b>			
Título público	Entre jan/23 e mai/25	9	9
Fundo de investimentos	Sem vencimento	-	24.973
<b>Total</b>		<b>9</b>	<b>24.982</b>

Em 2023, as aplicações financeiras foram reclassificadas de longo prazo para curto prazo em função da necessidade da Companhia para utilização no capital de giro. São prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. São remuneradas à taxa média de 11,86% a.a para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (11,27% a.a em 2022).

## 9. Contas a receber de clientes

Descrição	2023	2022 (reapresentado)
No País (a)	42.333	28.606
No Exterior - terceiros	-	56
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(25)
<b>Total</b>	<b>42.333</b>	<b>28.637</b>

(a) O aumento dos recebíveis ocorreu devido ao maior volume de títulos em aberto com órgãos públicos.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a análise do vencimento do saldo contas a receber de clientes é apresentada a seguir:

Descrição	2023	2022 (reapresentado)
A vencer	26.027	19.517
<b>Vencidos:</b>		
De 1 a 30 dias	6.806	3.858
De 31 a 60 dias	2.331	1.729
De 61 a 90 dias	1.940	985
De 91 a 180 dias	3.058	1.148
De 181 a 360 dias	54	994
Acima de 1 ano	2.117	430
<b>Total</b>	<b>42.333</b>	<b>28.662</b>

Os clientes provenientes de capital público foram excluídos do cálculo da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa – PECLD devido à garantia de pagamento em contratos de licitação. Ademais, os valores relacionados aos vencimentos de Companhias privadas não justificaram a necessidade de constituição da PECLD conforme avaliação da Administração da Companhia, que consiste na avaliação individualizada por cliente e bases históricas.

Descrição	2021	Adição	Reversão	2022 (reapresentado)
Perda esperada – PECLD	(16)	(25)	16	(25)
<b>Total</b>	<b>(16)</b>	<b>(25)</b>	<b>16</b>	<b>(25)</b>

	2022 (reapresentado)	Adição	Reversão	2023
Perda esperada - PECLD	(25)	(22)	47	-
<b>Total</b>	<b>(25)</b>	<b>(22)</b>	<b>47</b>	<b>-</b>

## 10. Estoques

Descrição	2023	2022 (reapresentado)
Produto acabado	4.528	2.533
Produto Intermediário	1.902	4.141
Revenda	2.547	2.680
Matéria - primas	8.029	9.705
Materiais de consumo	2.880	2.941
Importação em andamento	507	2.764
Perda com ociosidade e obsolescência	-	(797)
<b>Total</b>	<b>20.393</b>	<b>23.967</b>

Durante o exercício de 2023, foram revistas as premissas pela administração, sendo esta ação alinhada com as diretrizes estabelecidas pelo CPC 16. Cabe ressaltar que, após avaliação da Administração, conclui-se pela reversão da perda por obsolescência para o exercício de 2023.

Descrição	2021	Adição	Reversão	2022 (reapresentado)
Perda por obsolescência	(568)	(729)	568	(729)
Perda por ociosidade produtiva	(42)	(68)	42	(68)
<b>Total</b>	<b>(610)</b>	<b>(797)</b>	<b>610</b>	<b>(797)</b>

  

	2022 (reapresentado)	Adição	Reversão	2023
Perda por obsolescência	(729)	-	729	-
Perda por ociosidade produtiva	(68)	-	68	-
<b>Total</b>	<b>(797)</b>	<b>-</b>	<b>797</b>	<b>-</b>

## 11. Impostos e contribuições a recuperar

Descrição	2023	2022 (reapresentado)
Cofins	245	21.265
ICMS a recuperar	4.927	5.443
ICMS - CIAP	3.809	3.374
PIS	53	15
IRPJ e CSLL, retenções	430	456
IPI a recuperar	279	125
Outros impostos (a)	10.646	43
<b>Total</b>	<b>20.389</b>	<b>30.721</b>
<b>Circulante (a)</b>	<b>17.214</b>	<b>28.157</b>
<b>Não circulante</b>	<b>3.175</b>	<b>2.564</b>

(a) A Companhia obteve decisão favorável pela qual fica garantido o direito de recuperar valores relativos à exclusão do ICMS da base de cálculo da Cofins do período de Jan/2003 a Mar/2017 através do processo nº 0026709-48.2007.4.01.3400, a habilitação do valor ocorreu em 12/07/2022 através do Despacho Decisório RF N. 1.521/2022. A Companhia também obteve decisão favorável pela qual fica garantido o direito de recuperar valores relativos créditos de PIS/Cofins do período de apuração compreendido entre 08/2021 e 12/2022 para utilização em compensação cruzada. Através do processo nº 0800734-96.2022.4.05.8300, a habilitação ocorreu em 13/11/2023 através do Despacho Decisório nº 8.430/2023 RF04/EQAUD-DERAT.

## 12. Partes relacionadas

A Companhia demonstra abaixo as transações com controladora, profissional chave da administração e coligadas:

Descrição	2023	2022 (reapresentado)
<b>Ativo (circulante e não circulante)</b>		
Mútuos (i)	6.618	5.618
Sabará Participações Ltda	16.032	2.117
<b>Total empréstimos a partes relacionadas</b>	<b>22.650</b>	<b>7.735</b>

Seguem as movimentações dos mútuos a receber e conta corrente a pagar com partes relacionadas:

Movimentos de mútuos a receber	2023	2022 (reapresentado)
<b>Saldos em 1º de janeiro</b>	<b>7.735</b>	<b>46.994</b>
Mútuo concedido	14.915	10.015
Compensação Sabará Participações	-	(49.274)
<b>Saldos em 31 de dezembro</b>	<b>22.650</b>	<b>7.735</b>

Os mútuos com partes relacionadas são restituídos com correção monetária de 10% da Taxa Selic, acrescido de juros de 0,5% ao mês, calculado "pró-rata" e possuem prazo de vencimento indeterminado.

### Remuneração da Administração

As pessoas chave da Administração são compostas pela Diretoria eleita com base na alteração do estatuto social registrada pela Companhia e não inclui salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretores e indiretos. As remunerações são efetuadas pela controladora direta e final Sabará Participações.

A Companhia não possui outros tipos de remuneração, tais como, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

## 13. Ativo e passivo fiscal diferido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábeis.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos têm a seguinte origem:

Descrição	2023	2022 (reapresentado)
<b>Ativo não circulante</b>		
Provisão para perdas de créditos esperadas	-	25
Provisão para perdas estoque	-	797
Provisão para perda de adiantamento a fornecedores	-	30
Prejuízo fiscal acumulado	35.989	18.258
<b>Total</b>	<b>35.989</b>	<b>19.110</b>
Alíquota de Impostos de Renda e Contribuição Social	34%	34%
<b>Total de IRPJ e CSLL diferidos no ativo não circulante</b>	<b>12.236</b>	<b>6.497</b>
<b>Compensação de Passivo não Circulante</b>		
Diferimento órgãos públicos (i)	10.120	6.892
Ajustes de exercícios anteriores diferimento órgão públicos (ii)	20.963	14.071
Ajuste de exercícios anteriores diferimento Avaliação Patrimonial (ii)	2.515	2.515
<b>Total</b>	<b>33.598</b>	<b>23.478</b>
Alíquota de impostos de renda e contribuição social	34%	34%
<b>Total de IRPJ e CSLL diferidos passivos</b>	<b>11.423</b>	<b>7.982</b>
<b>Total de IRPJ e CSLL diferidos ativo</b>	<b>813</b>	<b>6.497</b>
Diferimento de PIS e Cofins	7.684	4.350
<b>Total passivo fiscal diferido</b>	<b>7.684</b>	<b>12.332</b>

- (i) A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.
- (ii) A companhia realizou uma alteração de critério contábil adotando a prática de diferimento dos contratos de órgão públicos e dos efeitos da avaliação patrimonial conforme pronunciamento técnico do CPC 23 e CPC 27 possibilitando maior razoabilidade das estimativas contábeis.

## 14. Imobilizado

Consolidado	Terrenos	Edifícios	Máquinas e equipamentos	Instalações	Móveis e utensílios	Equipamentos e instalações em terceiros	Veículos	Equipamentos informática e comunicação	Transitória de Imobilizado	Imobilizado em andamento	Total
<b>Custo do Imobilizado</b>											
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2022</b>	<b>3.740</b>	<b>12.166</b>	<b>42.921</b>	<b>14.426</b>	<b>1.703</b>	<b>10.326</b>	<b>2.197</b>	<b>1.149</b>	<b>-</b>	<b>8.507</b>	<b>97.135</b>
Aquisições	4.024	8.428	10.745	4.275	332	253	27	321	13.742	13.474	<b>55.621</b>
Baixas	-	(401)	(3.427)	(39)	(537)	(2.992)	(426)	(618)	(13.742)	(17.176)	<b>(39.358)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)</b>	<b>7.764</b>	<b>20.193</b>	<b>50.239</b>	<b>18.662</b>	<b>1.498</b>	<b>7.587</b>	<b>1.798</b>	<b>852</b>	<b>-</b>	<b>4.805</b>	<b>113.398</b>
Aquisições	534	10.749	629	(234)	159	60	-	102	-	8.464	<b>20.463</b>
Baixas	-	(1.768)	(181)	-	(9)	-	-	-	-	-	<b>(1.958)</b>
Transferências	(43)	44	7.496	3.396	229	44	-	7	-	(8.605)	<b>2.568</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>8.255</b>	<b>29.218</b>	<b>58.183</b>	<b>21.824</b>	<b>1.877</b>	<b>7.691</b>	<b>1.798</b>	<b>961</b>	<b>-</b>	<b>4.664</b>	<b>134.471</b>
<b>Depreciação Acumulada</b>											
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2022</b>	<b>-</b>	<b>(3.244)</b>	<b>(25.432)</b>	<b>(6.914)</b>	<b>(1.453)</b>	<b>(9.887)</b>	<b>(1.938)</b>	<b>(1.107)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(49.975)</b>
Adição	-	(787)	(4.608)	(1.610)	(433)	(413)	(634)	(529)	-	-	<b>(9.014)</b>
Baixas	-	11	6.250	272	864	4.218	774	864	-	-	<b>13.253</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)</b>	<b>-</b>	<b>(4.020)</b>	<b>(23.790)</b>	<b>(8.252)</b>	<b>(1.022)</b>	<b>(6.082)</b>	<b>(1.798)</b>	<b>(772)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(45.736)</b>

<b>Consolidado</b>	<b>Terrenos</b>	<b>Edifícios</b>	<b>Máquinas e equipamentos</b>	<b>Instalações</b>	<b>Móveis e utensílios</b>	<b>Equipamentos e instalações em terceiros</b>	<b>Veículos</b>	<b>Equipamentos informática e comunicação</b>	<b>Transitória de Imobilizado</b>	<b>Imobilizado em andamento</b>	<b>Total</b>
Adição	-	(803)	(4.420)	(1.403)	(123)	(529)	-	(98)	-	-	<b>(7.376)</b>
Baixas	-	981	23	-	16	-	-	29	-	-	<b>1.049</b>
Transferências	-	-	-	-	(12)	-	-	-	-	-	<b>(12)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>-</b>	<b>(3.842)</b>	<b>(28.187)</b>	<b>(9.655)</b>	<b>(1.141)</b>	<b>(6.611)</b>	<b>(1.798)</b>	<b>(841)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(52.075)</b>
<b>Imobilizado líquido</b>											
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)</b>	<b>7.764</b>	<b>16.173</b>	<b>26.449</b>	<b>10.410</b>	<b>476</b>	<b>1.505</b>	<b>-</b>	<b>80</b>	<b>-</b>	<b>4.805</b>	<b>67.662</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>8.255</b>	<b>25.376</b>	<b>29.996</b>	<b>12.169</b>	<b>736</b>	<b>1.080</b>	<b>-</b>	<b>120</b>	<b>-</b>	<b>4.664</b>	<b>82.396</b>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Administração da Companhia não identificou evidência que justifique a necessidade de uma provisão sobre o saldo desses ativos.

## 15. Ativos mantidos para venda

Descrição	2023	2022 (reapresentado)
Terrenos	9.824	10.838
<b>Total ativos mantidos para venda</b>	<b>9.824</b>	<b>10.838</b>

  

	Terrenos	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)</b>	<b>10.838</b>	<b>10.838</b>
Baixa	(1.014)	(1.014)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>9.824</b>	<b>9.824</b>

  

	Terrenos	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>9.824</b>	<b>9.824</b>
Baixa	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>9.824</b>	<b>9.824</b>

Os terrenos registrados como ativo mantido para venda estão localizados em localizados em São Paulo/SP e Benevides/PA. A administração da Companhia possui expectativa de venda no segundo semestre do exercício de 2024. Por este motivo, os saldos encontram-se registrados no ativo não circulante.

No exercício de 2023 a administração optou pela abertura da nota explicativa Ativos Mantidos para Venda para uma melhor apresentação das propriedades.

## 16. Propriedade para investimentos

Descrição	2023	2022 (reapresentado)
Terrenos	11.617	11.617
<b>Total propriedade para investimentos</b>	<b>11.617</b>	<b>11.617</b>

O terreno registrado em propriedade para investimentos localizado em Pernambuco atualmente não se encontra em uso da operação da Companhia.

## 17. Intangível

Custo do intangível	Software	Marcas e patentes	Ativos biológicos	Projetos	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2022</b>					
<b>(reapresentado)</b>	<b>637</b>	<b>623</b>	-	-	<b>1.260</b>
Aquisição	-	99	10	-	109
Baixa	(1)	(17)	-	-	(18)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>					
<b>(reapresentado)</b>	<b>636</b>	<b>705</b>	<b>10</b>	-	<b>1.351</b>
Aquisição	59	15	2	3.505	3.581
Baixa	-	-	-	-	-
Transferência	-	-	-	(2.561)	(2.561)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>					
	<b>695</b>	<b>720</b>	<b>12</b>	<b>944</b>	<b>2.371</b>
<b>Amortização acumulada</b>					
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2022</b>					
<b>(reapresentado)</b>	<b>(580)</b>	-	-	-	<b>(580)</b>
Amortização	(1)	-	-	-	(1)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>					
<b>(reapresentado)</b>	<b>(581)</b>	-	-	-	<b>(581)</b>
Amortização	(7)	-	-	-	(7)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>					
	<b>(588)</b>	-	-	-	<b>(588)</b>
<b>Intangível líquido</b>					
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>					
<b>(reapresentado)</b>	<b>55</b>	<b>705</b>	<b>10</b>	-	<b>770</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>107</b>	<b>720</b>	<b>12</b>	<b>944</b>	<b>1.783</b>

## 18. Fornecedores

Descrição	2023	2022 (reapresentado)
No País	30.755	32.806
No Exterior	319	1.632
<b>Total</b>	<b>31.074</b>	<b>34.438</b>

## 19. Empréstimos e financiamentos

Descrição	Taxa (%)	Vencimento	2023	2022 (reapresentado)
<b>Circulante</b>				
Capital de giro	CDI+3,50% a.a	jan - dez24	19.436	16.593
Fundo garantidor de investimento	9,07% a.a	jan - dez24	6.161	6.180
Financiamento de capital	CDI+3,25% a.a	jan - dez24	267	32
Financiamentos de importação e exportação	CDI+3,50% a.a		640	-
<b>Total</b>			<b>26.504</b>	<b>22.805</b>
<b>Não circulante</b>				
Capital de giro	CDI+3,50% a.a	jan25-mai27	15.185	48.384
Fundo garantidor de investimento	9,07% a.a	jan25-set25	1.666	7.913
Financiamento de capital	CDI+3,25% a.a	jan25-out26	2.933	-
Financiamentos de importação e exportação	CDI+3,50% a.a	jan25-jan30	24.000	-
<b>Total</b>			<b>43.784</b>	<b>56.297</b>
<b>Total geral</b>			<b>70.288</b>	<b>79.102</b>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	2023	2022 (reapresentado)
<b>Saldos em 1º de janeiro</b>	<b>79.102</b>	<b>73.616</b>
Captação	15.200	22.000
Apropriação de juros	10.415	9.127
Pagamentos do principal	(23.734)	(17.692)
Pagamento dos juros	(10.695)	(8.116)
Variação cambial	-	167
<b>Total</b>	<b>70.288</b>	<b>79.102</b>
Circulante	26.504	22.805
<b>Não circulante</b>	<b>43.784</b>	<b>56.297</b>

### Cronograma dos vencimentos não circulante

O vencimento dos financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2022 classificados no passivo não circulante no balanço consolidado é demonstrado da seguinte forma:

	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Capital de Giro	10.725	4.460	-	-	-	-
Capital de Giro Imp./Exp.	6.364	4.364	4.364	4.364	4.364	182
financiamentos de capital	1.600	1.333	-	-	-	-
Fundo garantidor de investimento	1.666	-	-	-	-	-
<b>Total geral</b>	<b>20.354</b>	<b>10.157</b>	<b>4.364</b>	<b>4.364</b>	<b>4.364</b>	<b>182</b>
<b>Total acumulado</b>	<b>20.354</b>	<b>30.512</b>	<b>34.875</b>	<b>39.239</b>	<b>43.603</b>	<b>43.784</b>

### Cláusulas restritivas de contratos

A Companhia possui contratos de financiamentos mantidos junto a instituições financeiras na data das referidas demonstrações financeiras que possuem cláusulas restritivas prevendo a manutenção de determinado índice máximo de "Dívida Financeira Líquida/EBITDA", bem como um limite máximo para a distribuição de dividendos. No exercício de 2023, a distribuição de dividendos ultrapassou o limite estabelecido nos contratos 152764858 e 1683489619 que é de 10% do Lucro Líquido, resultando no reconhecimento no passivo circulante do valor dos contratos como "liquidação".

## 20. Arrendamentos CPC 06

Conforme diretrizes estabelecidas pela NBC-TGO6R3 - CPC 06, utilizando o fluxograma descrito no item B31, identificamos que três contratos de locação, previamente classificados como arrendamentos, devem ser tratados como alugueis. Como resultado, procedemos com a reversão dos valores correspondentes aos arrendamentos.

### Passivo de arrendamento

<b>Saldo inicial em 1º de janeiro de 2023</b>	<b>706</b>
Reversão	(706)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>-</b>
Circulante	-
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>

## 21. Impostos e contribuições a recolher

Descrição	2023	2022 (reapresentado)
Parcelamento de tributos - PERT (ii)	8.265	8.795
Parcelamento de tributos - Outros (i)	1.840	2.631
IOF	33	197
IRRF	253	217
ICMS a recolher	591	368
Cofins a recolher	914	470
PIS a recolher	198	100
Outros	749	606
IRPJ a recolher	988	1.095
CSLL a recolher	512	406
Incentivos Fiscais	189	189
<b>Total</b>	<b>14.532</b>	<b>15.074</b>
Circulante	6.954	6.594
<b>Não circulante</b>	<b>7.578</b>	<b>8.480</b>

- (i) Refere-se em maior parte a débito referente a IRPJ, CSLL, PIS, Cofins e INSS.
- (ii) Programa Especial de Regularização Tributária (PERT). Com a publicação da MP 798/2017 editada em 30 de agosto de 2017, que possibilita a liquidação de débitos de natureza tributária com redução de juros e multa, a Companhia aderiu em 22 de agosto de 2017 por quitar antecipadamente os parcelamentos firmados em períodos anteriores, com pagamento em espécie de 20% do total da dívida consolidada, em até 5 parcelas mensais.

Programação de amortização	2024	2025	2026	2027 a 2030	Total
Parcelamento de tributos - PERT (ii)	1.359	1.359	1.359	4.189	<b>8.265</b>
Parcelamento de tributos - IRPJ (i)	125	-	-	-	<b>125</b>
Parcelamento de tributos - INSS (i)	1.044	202	174	295	<b>1.716</b>
<b>Total</b>	<b>2.528</b>	<b>1.561</b>	<b>1.533</b>	<b>4.484</b>	<b>10.106</b>

## 22. Impostos de Renda e Contribuição Social

A Companhia é tributada com base no lucro real trimestral.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social debitada em resultado é demonstrada como segue:

Descrição	2023	2022 (reapresentado)
Lucro (prejuízo) contábil antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	37.030	18.322
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>		
Pela alíquota fiscal combinada	(12.590)	(6.229)
<b>Adições e exclusões permanentes</b>		
(Despesas) Receitas isentas de impostos (*) - diferimento órgão públicos	1.868	(738)
<b>Outras receitas isentas de impostos</b>		
Outras adições e exclusões	7.350	1.673
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado do exercício</b>		
	<b>(3.372)</b>	<b>(5.294)</b>
Corrente	(5.670)	(2.071)
Diferido	2.298	(3.223)

A compensação dos prejuízos fiscais de Imposto de Renda e da base negativa da Contribuição Social de exercícios anteriores está limitada a base de 30% dos lucros tributáveis, sem prazo de prescrição.

(\*) Substancialmente decorrente dos lucros auferidos com órgãos públicos - realização.

## 23. Provisão para contingências

Nos exercícios de 2023 e 2022, não houve contingência a provisionar na opinião da Administração, com base da opinião de seu Assessores Jurídicos Legais, levantada nos respectivos exercícios, para os processos em andamento.

### Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia possui ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para quais não há provisão constituída conforme a posição a seguir:

Descrição	2023	2022 (reapresentado)
Cíveis	44	56
Trabalhista	59	59
Tributárias	47.377	50.705
<b>Total</b>	<b>47.480</b>	<b>50.820</b>

No que se refere às contingências trabalhistas, estas se devem a pleitos relacionados a ex-colaboradores, bem como casos em que a Companhia responde subsidiária ou solidariamente com prestadoras de serviços terceirizados, algo pertinente ao segmento de negócios da Companhia.

As principais demandas tributárias da Companhia que possui probabilidade de perda possível, refere-se a uma autuação de créditos tributários de IRPJ de 12.272 e a outra de ICMS Estado SP de 10.045, cabe ressaltar que do total de contingências tributárias, 25.060 estão distribuídos em outros processos, que resultam no montante de 47.377.

## 24. Patrimônio Líquido

### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (reapresentado), o capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 82.281.908 está representado por 82.281.908 ações ordinárias nominativas.

### b. Reservas

#### Reserva legal

É constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o § 1º do art. 182 da Lei nº 6.404/76 exceder 30% do Capital Social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.

Em 31 de dezembro de 2023 foi constituída reserva legal de R\$ 2.565 equivalente ao 5% do lucro líquido do exercício, após a absorção do prejuízo acumulado.

#### Reserva do Incentivo Fiscal

A reserva de incentivos fiscais refere-se ao Incentivo Fiscal do PROGOAIS, e ao benefício fiscal concedido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. A constituição da reserva de incentivos fiscais está em conformidade com as disposições do Art. 195-A da Lei nº 11.638, de 2007. O valor destinado a Reserva de Incentivos Fiscais no Patrimônio Líquido em 2023, foi de R\$ 4.163.

### c. Ajuste de avaliação patrimonial

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui o ajuste por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição. (Nota Explicativa nº 14).

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para os lucros acumulados integral ou parcialmente, quando da alienação e depreciação dos ativos a que elas se referem.

## 25. Receita operacional líquida

Descrição	2023	2022 (reapresentado)
<b>Receita bruta</b>		
Produtos acabados e de vendas:		
Mercado interno	194.535	203.097
Mercado externo	281	1.372
Prestação de serviços	142.162	119.226
<b>Total</b>	<b>336.978</b>	<b>323.695</b>
<b>Deduções</b>		
Vendas canceladas e abatimentos	(11.112)	(9.653)
Impostos incidentes sobre vendas	(61.763)	(61.419)
<b>Total</b>	<b>(72.875)</b>	<b>(71.072)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>264.103</b>	<b>252.623</b>

## 26. Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados

Descrição	2023	2022 (reapresentado)
<b>Materiais (a)</b>	(141.165)	(165.779)
Fretes	(5.457)	(4.848)
<b>Pessoal (b)</b>	(14.799)	(12.932)
Serviços de Terceiros	(8.226)	(7.252)
Depreciação e amortização	(7.235)	(4.350)
Materiais de manutenção	(2.197)	(1.224)
Viagens e estadias	(1.032)	(792)
Outros	(90)	(162)
<b>Total</b>	<b>(180.201)</b>	<b>(197.339)</b>

- (a) No início de 2022, a Companhia obteve aumento no valor de insumos (matéria prima), reflexo da guerra entre Rússia e Ucrânia.
- (b) Aumento no reajuste de benefícios, salários, e variação no quadro de funcionários resultando em demissões e admissões.

## 27. Despesas com vendas

Descrição	2023	2022 (reapresentado)
Fretes sobre vendas	(7.150)	(7.215)
Despesa com pessoal	(5.075)	(4.251)
Comissões e Serv. comercial	(2.950)	(2.509)
Propaganda e publicidade	(1.441)	(926)
Doações e patrocínio	(113)	(131)
Viagens comerciais	(784)	(585)
Locação de veículo	(305)	(258)
Outros / reversões	6	(30)
<b>Total</b>	<b>(17.812)</b>	<b>(15.905)</b>

## 28. Despesas gerais e administrativa

Descrição	2023	2022 (reapresentado)
Despesa com pessoal	(12.022)	(10.903)
Assessoria administrativa e jurídica	(7.625)	(6.196)
Impostos, taxas e contribuições	(1.587)	(376)
Despesa com ocupação administrativa	(1.636)	(1.592)
Viagens administrativa	(1.006)	(1.061)
Suporte e manutenção de sistemas	(738)	(717)
Locação de equipamentos	(467)	(557)
Despesas com manutenção e conservação	(1.016)	(995)
Despesa com telecomunicação	(73)	(81)
Serviços de terceiros	(654)	(520)
Despesas com correio e entregas	(36)	(38)
Outros	(1.921)	(80)
<b>Total</b>	<b>(28.779)</b>	<b>(23.116)</b>

## 29. Outras despesas não operacionais

Descrição	2023	2022 (reapresentado)
Depreciação e amortização	(289)	(339)
Doação de ativo fixo	91	(4)
<b>Total</b>	<b>(199)</b>	<b>(343)</b>
Recuperação de impostos (a)	3.530	-
Reversão (provisão) despesas	797	-
Outras receitas e despesas	324	5.488
<b>Total</b>	<b>4.651</b>	<b>5.488</b>

(a) Maiores informações sobre a recuperação de impostos ao longo do exercício de 2023 está descrita na Nota Explicativa nº 11 - Impostos a recuperar.

## 30. Receitas Incentivos Fiscais

Descrição	2023	2022 (reapresentado)
ProGoiás	3.219	2.718
Sudene	944	-
<b>Total</b>	<b>4.163</b>	<b>2.718</b>

O incentivo fiscal PROGOIAS, teve sua adesão através do TE (Termo de Enquadramento) - 001-0015/2021-GSE -consiste em escriturar como crédito fiscal o equivalente à aplicação do percentual conforme estabelecido no inciso II do caput do artigo 5º da Lei 20.787/2020, sobre o valor positivo resultante do confronto entre os débitos e os créditos do imposto de ICMS, relacionados às operações com produtos de industrialização própria incentivadas pelo PROGOIÁS, apresentando um efeito de R\$ 3.219 no resultado de 2023 (R\$ 2.718 em 2022).

Com a publicação da Lei Complementar nº 160/2017, que acrescentou os §§ 4º e 5º ao artigo 30 da Lei nº 12.973/2014, incentivos e benefícios fiscais ou financeiros relativos ao ICMS, concedidos por Estados e pelo Distrito Federal, passou-se a compreender como subvenções para investimentos. Assim, os benefícios fiscais relativos ao ICMS, ao serem compreendidos como subvenção para investimento não integram a base de cálculo do IRPJ e da CSLL no Lucro Real, a subvenção deverá ser reconhecida em resultado e na sequência, registrada em reservas de incentivo fiscal no Patrimônio Líquido.

A Companhia teve seu enquadramento aprovado para usufruir do benefício fiscal concedido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, com prazo de vigência de 10 anos, conforme atestado pelo Laudo Constitutivo nº 0048/2023. O enquadramento possibilita uma redução de 75% do Imposto de Renda e Adicionais, calculado com base no lucro da exploração. Esta aprovação, fundamentada no art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, e nos critérios estabelecidos no Decreto nº 6.539, de 18 de agosto de 2008, além de estar em conformidade com o Regulamento dos Incentivos Fiscais, reflete o cumprimento das condições e requisitos legais exigidos pela Companhia.

Como resultado dessa adesão ao benefício, o impacto financeiro no resultado de 2023 foi de R\$ 944.

A Companhia beneficiou-se do incentivo fiscal proporcionado pela Lei do Bem (Lei nº 11.196/2005), a qual visa incentivar a inovação tecnológica e o desenvolvimento científico no Brasil. Em conformidade com os dispositivos legais estabelecidos, a Companhia aderiu ao programa e obteve os benefícios previstos. Os dispêndios elegíveis para essa dedução abrangem despesas com pessoal, contratação de serviços de pesquisa e desenvolvimento, entre outros, desde que diretamente relacionados às atividades de inovação tecnológica. O impacto financeiro desse incentivo no resultado da Companhia em 2023 foi de R\$ 304.

## 31. Resultado financeiro

Descrição	2023	2022 (reapresentado)
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre empréstimos e financiamento	(10.416)	(8.113)
Tarifas, comissões e encargos bancários	(114)	(279)
Juros sobre duplicatas e impostos	(2.110)	(1.139)
IOF	(32)	(212)
Outras despesas financeiras	(1.325)	(2.620)
<b>Total</b>	<b>(13.997)</b>	<b>(12.363)</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Outros juros recebidos	2.718	2.635
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.634	2.367
Outros rendimentos	810	1.075
<b>Total</b>	<b>5.162</b>	<b>6.077</b>
<b>Variação cambial</b>		
Variação cambial passiva	(281)	(891)
Variação cambial ativa	221	1.058
<b>Total</b>	<b>(60)</b>	<b>167</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(8.895)</b>	<b>(6.119)</b>

## 32. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração dos instrumentos financeiros que a Companhia mantém é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus as condições vigentes no mercado.

### Classificação dos instrumentos financeiros

Abaixo são demonstrados os instrumentos financeiros classificados por categoria:

	<b>Categoria</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b> <b>(reapresentado)</b>
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalente de caixa	Empréstimos e recebíveis	5.126	751
Aplicações financeiras	Valor justo por meio de resultado	11.366	85
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	42.333	28.637
<b>Total</b>		<b>58.825</b>	<b>29.473</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Aplicações financeiras	Valor justo por meio de resultado	9	24.982
Mútuo a receber de partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	22.650	7.735
<b>Total</b>		<b>22.659</b>	<b>32.717</b>
<b>Passivo circulante</b>			
Empréstimo e financiamento	Custo amortizado	26.504	22.804
Fornecedores	Custo amortizado	31.074	34.438
<b>Total</b>		<b>57.578</b>	<b>57.242</b>
<b>Passivo não circulante</b>			
Empréstimo e financiamento	Custo amortizado	43.784	56.297
<b>Total</b>		<b>43.784</b>	<b>56.297</b>

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

### Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros (contas a receber e aplicações financeiras). Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. As vendas para empresas públicas estão suportadas por contratos (licitações).

### Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros (aplicações financeiras, Empréstimos e financiamentos). Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas.

## 33. Cobertura de Seguros

Para proteção de seus riscos operacionais, ativos de suas responsabilidades, a Companhia mantém cobertura de seguros para diversos tipos de eventos que poderiam impactar o patrimônio e operações (não sendo escopo de nossos auditores independentes a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros). Dentro das melhores práticas de mercado, a Companhia mantém contratadas apólices de seguro de risco operacional, incluindo lucros cessantes e diversas outras coberturas para danos materiais envolvendo todas as instalações industriais, administrativas e estoque. A Companhia tem ainda outros seguros contratados, tais como, seguro de responsabilidade civil geral, transporte nacional e internacional e seguro ambiental.

**Daniel Nosé Sabará**

**Diretor Executivo  
Procurador**

**André Tomazelli Sabará**

**Diretor Financeiro**

**Jonas Volcov**

**Contador**

**CRC 1SP 141783/O-7**